

||||| **CAPÍTULO 3** |||||

**UNILAB:  
INTEGRAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO  
PARA UM ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO  
- BRASIL E ÁFRICA NA CONSTRUÇÃO DA  
DIVERSIDADE CULTURAL**

FRANCISCA MÔNICA RODRIGUES DE LIMA<sup>5</sup>

O objetivo da pesquisa é discutir a proposta de internacionalização do ensino superior a partir da inclusão da diversidade cultural e epistemológica recorrente nos discursos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), criada pela lei n. 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011, com localização nos estados da Bahia, município de São Francisco do Conde, e do Ceará, municípios de Redenção e Acarape.

Para tanto, a integração entre o Brasil e os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, Portugal e Timor-Leste), além da China, que começa a integrar esta IES a partir de novembro de 2012, cumpre a proposta de cooperação entre estes países na construção desta universidade. Além disso, conta com corpos docente e discente provenientes não só das várias regiões do Brasil, mas também de outros países, além

---

5 Mestre em Educação com a pesquisa “Vozes e contra-vozes de um discurso universitário lusófono: cooperação internacional na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab” (Uninove, 2017). Especialista em Gestão Escolar e graduada em Letras. E-mail: franciscamoni@yahoo.com.br

do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP, desenvolvimento regional com o intercâmbio cultural, científico e educacional da região.

Os países-membros da CPLP foram colônias portuguesas e, nessa perspectiva, são interseccionados pela lusofonia, que tem como base a língua portuguesa, comum a todos os países que integram a proposta da Unilab, envolvendo questões sociais, econômicas e de estratégia geopolítica, constituindo-se como instrumento valorativo para os seus integrantes. Assim, o uso da língua é um exercício de poder, dependendo de quem a pronuncia e com qual finalidade:

Aprisionada por um poder separado da vida, a palavra sem o consenso torna-se a fala necessária para a sociedade e, por isso, é imposta e dada como legítima para realizar os atos do controle da vida social dominada pela desigualdade. Torna-se aquela que sendo, ao mesmo tempo, a norma da ordem, é também a verdade da norma. Dita e principalmente escrita é como selo, mais do que o sinal, de um poder desde onde a posse não contestada do direito de dizer o sentido de tudo, de torná-lo legítimo e de fazê-lo circular como saber, crença, ideia, valor e código, estabelece a necessidade social de sua existência como poder, e funda a necessidade do seu exercício sobre o silêncio do outro. O poder torna-se legítimo porque é pronunciado como tal e, como tal, pronuncia palavras que ordenam a vida (Brandão, 1986 p. 8).

Neste universo de pesquisa, o nosso objeto é a inclusão da diversidade cultural e epistemológica, considerando a polifonia, presente nos estudos do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, elemento que harmoniza a diversidade de vozes independentes, produzindo diferentes efeitos de sentidos e repercutindo em múltiplas ideolo-

gias. Assim, considerando as diversas vozes que circulam no contexto acadêmico da Unilab, analisamos os documentos (diretrizes pedagógicas e acordos firmados com Portugal) que envolvem a Unilab, observando a construção de ideologia por meio de marcas silenciosas da cultura dominante de matriz eurocêntrica, conforme os apontamentos de Mikhail Bakhtin acerca de signo e linguagem, as relações de poder descritas por Michel Foucault, além da análise do discurso de Michel Pêcheux. Consideramos, ainda, o corpo diretivo desta instituição, bem como os agentes que a instituíram, buscando compreender se existe uma proposta de universidade popular, a partir da integração entre Brasil, Portugal e os países da África, na construção de um espaço no ensino superior que dê voz aos marginalizados e excluídos, ocupando lugar periférico nas discussões sobre educação ao longo da história.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa e se desdobra em revisão bibliográfica e levantamento documental por meio da análise do discurso. Além disso, buscou-se o aporte teórico amparado nos autores Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo no tocante à discussão sobre colonialidade e colonização, atravessando as relações sociais ao longo da história, bem como Paulo Freire, contribuindo com reflexões acerca da relação opressor e oprimido.

Para tanto, destacamos as categorias de análise popular/educação popular, colonização/colonialidade, opressor/oprimido e discurso/poder/ideologia, considerando a integração entre o Brasil e os países que fazem parte da CPLP e Portugal. Nesse sentido, nossos objetivos foram observar a permanência (ou não) de uma ideologia colonizadora que se constitui a partir de outras configurações e que se expressa como uma epistemologia eurocêntrica (colonialidade); examinar a constituição, sub-reptícia ou não, de uma relação opressor/oprimido no *corpus* discursivo analisado.

As diretrizes pedagógicas e os acordos firmados entre Unilab e universidades e institutos portugueses apontam para a inclusão de uma diversidade cultural e epistemológica por meio da parceria com Portugal, países africanos que compõem a CPLP e Brasil no cumprimento da proposta de internacionalização do ensino superior. É importante destacar que o termo “acordo” pode significar uma harmonia de pensamentos, fazendo-nos refletir sobre a construção de um espaço homogêneo ou heterogêneo no ensino superior a partir da configuração de cooperação solidária na Unilab no que diz respeito à diversidade de estudantes estrangeiros oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, Portugal e Timor-Leste, além da China, com convênios firmados com a Universidade de Macau e a Zhejiang Normal University e, em março de 2013, com o Instituto Politécnico de Macau.

Entretanto, por meio da análise inicial destes documentos, é possível verificar que a efetivação desses discursos é atravessada por relações de poder vinculadas à política do ensino superior num contexto neoliberal que exige a modernização do ensino superior no que tange à formação de mão de obra e educação como produto. Neste contexto, faz-se necessário localizar Portugal como um dos países-membros da União Europeia que, ao longo da história de formação da universidade, tinha um sistema próprio de organização do ensino superior. Assim, graças a sua consolidação, tornou-se necessária a padronização dos sistemas de formação profissional entre estes países que estavam integrados política e economicamente resultando em um acordo firmado em 1998, a Declaração de Sorbonne, atestando a coerência, a uniformização e a compatibilização entre os sistemas de ensino europeus.

Os reflexos deste documento atingem o Brasil no contexto político do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002),

considerando a função econômica da educação ligada ao progresso científico e tecnológico na educação superior, bem como dos ensinos básico, secundário e técnico, por meio do Processo de Bolonha. Nessa perspectiva, países da Europa e do Mercosul tornam-se espaços para uma educação subserviente ao mercado de trabalho que sagrou o conhecimento como mercadoria nos processos de globalização.

Conclui-se que a adoção de uma concepção tecnocrática norte-americana, voltada à produtividade e eficiência, responde ao avanço da universidade. Entretanto, a formação de mão de obra para o mercado de trabalho destitui esta instituição de seu papel político e ideológico e fortalece um modelo organizacional de empresa. Nesse sentido, a parceria entre o setor privado e financeiro, universidade e indústria, na gestão e no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico, apontam para o objetivo de qualificar a população.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Decreto presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007**, que Institui as diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão Federais das Universidades Federais – Reuni.

BRASIL. **Lei n. 12.289, de 21 de julho de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. 2010b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)

At02007-2010/2010/Lei/L12289.htm>. Acesso em: 2 fev. 2017.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, C. P.; KLUGER, H. Descolonização do pensamento. *Ciência Hoje, Revista de Divulgação Científica da SBPC*, n. 312, vol. 52, pp. 6-9, 2014.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 3. ed.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALITO, M. S. **Conceito de lusofonia**. CI-CPRI, AI, n. 16, pp. 1-21. Disponível em: <<http://www.ci-cpri.com/wp-content/uploads/2012/10/>

Conceito-Lusofonia1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GOMES, M. T. A universidade e a pluridiversidade epistemológica: a construção do conhecimento em função de outros paradigmas epistemológicos não ocidocêntricos. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 24, n. 24, p. 53-79, 2013.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENEGHEL, S. M. **A crise da universidade moderna no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MIGNOLO, W. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. IHU *on-line*, **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 431, ano XIII, nov. de 2013.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In GADET, F. & HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1990, pp. 61-161.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PINTO, J. A. C. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, Goiás, n. 6, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **Anais...** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, F. A. **Unilab: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

ROCHA, C. L.; VAIDERGORN, J. Processo de Bolonha: a criação de um espaço europeu de ensino superior e possíveis influências nas universidades brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2010.

ROMÃO, J. E.; SANTOS, E.; MAFRA, J. F. (Org.). **Universidade popular: teorias, práticas e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2013.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2011, 3. ed.

SANTOS, B. de S. FILHO, N. de A. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 6. ed.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, F. L. **Universidade, cidade, cidadania**. São Paulo: Hedra, 2014.